

EDITAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
(Edição 2017-2019)

Nos termos do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro, do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, com as alterações que lhes foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de julho, do regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário e demais legislação aplicável.

No cumprimento do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra — Despacho n.º 19151/2008 de 17 de Julho, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º137, alterado pelo Despacho n.º 7994/2011 de 2 de Junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 107 e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 11574/2012 de 27 de agosto, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 165, pelo Despacho n.º 2032/2014 de 7 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 27, e pelo Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio, publicado no Diário da República 2ª Série, n.º 102, faz-se saber que está aberto concurso de acesso ao referido ciclo de estudos, a iniciar no ano letivo de 2017/2018, conforme acreditação do Conselho de Administração de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, de 25 de maio de 2015, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1. Em conformidade com o Artigo 18.º do regime jurídico da habilitação profissional para a docência em vigor:

Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre os titulares da licenciatura em Educação Básica.

1.1. Dando cumprimento ao disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, os candidatos terão de realizar uma prova escrita e oral de Língua Portuguesa com tarefas que comprovem o domínio das regras essenciais da argumentação lógica e crítica, da responsabilidade da área científica de Língua Portuguesa da Escola Superior de Educação de Coimbra.

2. As candidaturas são efetuadas on-line, sem prejuízo do disposto no n.1 do art. 9º do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra — Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio.

No processo de candidatura deve ser anexado:

a) Documentos comprovativos das habilitações de que o candidato é titular, com informação das classificações finais (no caso de documento estrangeiro, o candidato deverá apresentar, também, a respetiva tradução);

b) Curriculum vitae;

c) Documentos comprovativos das informações fornecidas no formulário de candidatura ou outros documentos comprovativos dos dados mencionados no curriculum vitae (outros elementos);

d) Digitalização do IBAN (para que possam ser devolvidos os montantes pagos caso o curso não venha a funcionar);

e) Formulário de Candidatura.

3. Os prazos fixados são os seguintes:

1ª Fase:

- Candidatura: da data da homologação a 29 de maio de 2017;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 31 de maio de 2017;
- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 2 de junho de 2017;
- Reclamações: 5 de junho de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 6 de junho de 2017;
- Reclamações: 7 de junho de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação de lista seriada definitiva: 9 de junho de 2017;
- Matrícula e inscrição: 9 a 16 de junho de 2017.

3.1. No caso de não serem preenchidas todas as vagas na primeira fase do concurso, realizar-se-á uma segunda fase de candidaturas com a seguinte calendarização:

2ª Fase:

- Candidatura: de 9 de junho de 2017 a 17 de julho de 2017;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 19 de julho de 2017;
- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: até 21 de julho de 2017;
- Reclamações: 24 de julho de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 25 de julho de 2017;
- Reclamações: 26 de julho de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação de lista seriada definitiva: até 27 de julho de 2017;
- Matrícula e inscrição: 28 de julho a 4 de agosto de 2017.

3.2. No caso de não serem preenchidas todas as vagas na segunda fase do concurso, realizar-se-á uma terceira fase de candidaturas com a seguinte calendarização:

3ª Fase:

- Candidatura: de 28 de julho até 18 de setembro de 2017;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 20 de setembro de 2017;
- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 22 de setembro de 2017;
- Reclamações: 25 de setembro de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 26 de setembro de 2017;
- Reclamações: 27 de setembro de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada definitiva: 28 de setembro de 2017;
- Matrícula e inscrição: 29 de setembro a 4 de outubro de 2017.

3.3. No caso de não serem preenchidas todas as vagas na terceira fase do concurso e verificado o ponto 5 deste Edital, realizar-se-á uma quarta fase de candidaturas com a seguinte calendarização:

4ª Fase:

- Candidatura: de 6 de outubro até 30 de outubro de 2017;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 2 de novembro de 2017;
- Afixação da lista de candidatos admitidos a concurso: 3 de novembro de 2017;
- Reclamações: 6 de novembro de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada dos candidatos admitidos: 7 de novembro de 2017;
- Reclamações: 8 de novembro de 2017;
- Decisão sobre as reclamações e afixação da lista seriada definitiva: 9 de novembro de 2017;
- Matrícula e inscrição: 10 a 17 de novembro de 2017.

4. Sob proposta do Presidente da ESEC fixa-se em 30 o número de vagas colocadas a concurso para ingresso no mestrado.

5. O curso funciona em regime diurno sendo a data limite para a decisão sobre a abertura do curso 6 de outubro de 2017.

6. O curso de mestrado compreende três semestres, decorrendo a presente edição entre Outubro de 2017 e de março de 2019, de acordo com o Calendário Escolar definido pelo Presidente da ESEC, consultado o Conselho Pedagógico. A data limite para entrega do relatório final será 30 de junho de 2019.

7. O modo de cálculo da classificação final do Mestrado resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação será expressa no intervalo da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação. Em caso de aprovação, a classificação final do Mestrado é expressa por um valor do intervalo 10-20 da escala numérica inteira

de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação.

8. São devidas:

- a) Uma taxa de candidatura – 75 € (Ficam isentos os estudantes que no ano letivo anterior tenham concluído uma licenciatura no IPC);
- b) Uma taxa de matrícula no 1.º ano – 150 €;
- c) Uma taxa de inscrição nos anos subsequentes – 75 €;
- d) Propinas edição 2017/2019 – 1600€ (1050€/1.º ano e 550€/2.º ano). De acordo com o n.º 2 do art.º 27 do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto “O valor das propinas devidas pela inscrição no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre no ensino público, quando a sua conjugação com um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado seja indispensável para o acesso ao exercício de uma atividade profissional, é igualmente fixado nos termos previstos para o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto.”
- e) Propina de prorrogação, se aplicável – 137,50€.

9. Todas as informações relativas a Estrutura curricular, plano de estudos e créditos; Processo de creditação; Concretização das componentes relativas ao curso de mestrado e dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio; Critérios de seleção e de seriação dos candidatos; Regimes de precedências e de avaliação; Regras a observar na orientação e na coorientação e processo de atribuição da classificação final devem ser consultadas no Regulamento do Mestrado, disponível no *site* institucional da ESEC e no Regulamento de Creditação do IPC, disponível em: <http://dre.pt/pdf2sdip/2014/02/024000000/0347703483.pdf>.

10. Às situações não contempladas no presente Edital aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março e no Regulamento do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre do IPC (Despacho n.º 5636/2015, de 27 de maio), sendo os casos omissos decididos pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, ouvido o Diretor de Curso.

Coimbra, 31 de março de 2017

O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra,

